

## Existência, liberdade e possibilidade: considerações sobre a crítica ao determinismo em Sartre<sup>252</sup>

*Existence, freedom and possibility:  
considerations on the critique of determinism in Sartre*

Dra. Magdalena Mendonça<sup>253</sup>  
USP

### RESUMO

A partir das noções de *liberdade, situação e responsabilidade* e suas relações, apresentada nos textos sartrianos aqui escolhidos – a saber: *O existencialismo é um humanismo* e *O ser e o nada* –, objetiva-se destacar a crítica à doutrina do livre-arbítrio, própria do pensar cristão, que acarreta a recusa do pensar determinista em Sartre a respeito das ações e condutas humanas, sobretudo no destaque que o filósofo confere aos termos *situação* e *contingência*, vinculadas à sua compreensão de liberdade. Trata-se de sinalizar, na ênfase *do valorar* singular enquanto compreendido como próprio do humano, a sua consequência: a recusa do caráter transcendente das ideias de bem e mal, virtude ou vício, que não deixam de apontar para uma concepção ética na visão sartriana da existência humana e do modo de agir e posicionar-se no mundo. Em síntese, a motivação maior se volta para a reelaboração da moral para além do pensar cristão, que acentua a implicação do sujeito no seu fazer-se, a sua responsabilidade em relação aos acontecimentos e projetos que eliminam a passividade e a indiferença na ação e no posicionamento do *para-si* no mundo, que a ele se apresenta e nele ele se revela.

### PALAVRAS CHAVE

---

<sup>252</sup> Este artigo resultou dos seminários da filosofia Contemporânea ministrado em 2017/1 no Departamento de Filosofia da USP. Devo muito aos alunos que cursaram este seminário uma vez que essa versão mais sistematizada surgiu dos debates temáticos em sala de aula.

<sup>253</sup> E-mail: [salubalena@gmail.com](mailto:salubalena@gmail.com)

Liberdade; Responsabilidade; Contingência; Valorar; Acontecimento; Implicação.

## ABSTRACT

This article takes the concepts of *freedom, situation and responsibility* as presented in the texts *Existentialism is a Humanism* and *Being and Nothingness*, by Jean Paul Sartre, to highlight how the author criticizes christianity's views on free will, refusing deterministic thinking about the human actions and conduct. This criticism appears especially in the emphasis the philosopher gives to the terms *situation* and *contingency*, which are both associated to his understanding of freedom. By emphasizing the uniqueness as something intrinsically human, he refuses the transcendent nature of the ideas of good and evil, virtue and vice, and points out to an ethical conception of human existence. In this concept of individual freedom, the main motivation turns to the reworking of morality beyond the Christian thinking, which emphasizes the implication of the individual, its responsibility for the outcome of his own actions, which eliminates passivity, and indifference since the individual can choose how to act in the world that stands before him or her.

## KEYWORDS

Freedom; Responsibility; Contingency; Valuing; Event; Implication.

## INTRODUÇÃO

A questão sobre a necessidade/liberdade ocupou e ainda ocupa lugar central no debate da filosofia. Os adeptos do determinismo negam a possibilidade da liberdade, alegando a determinação total no campo da conduta humana. Os filiados ao pensamento cristão tentam salvar a liberdade por meio do princípio da razão autônoma, capaz de inibir a esfera passional, valendo-se da figura de uma divindade soberana que, em sua vontade perfeita, elaborou um plano prévio para as criaturas por ela criadas. É nesse contexto que, por meio da doutrina do livre-arbítrio, se inocenta Deus da

existência do mal, e o livre-arbítrio surge como poder autônomo da razão soberana, capaz de coagir a vontade, valendo-se do bom senso e, assim, seguir o reto caminho em direção a um fim previamente estabelecido no seu existir. É desse modo que se advoga a estabilidade do ser do existente.

Na ciência moderna, o princípio da ordem imutável, na esfera natural, confere legitimidade à razão experimental. Na esfera do agir humano, o postulado da criação divina e o argumento do desígnio, como também o princípio cristão da imortalidade, fazem da felicidade e da virtude metas a atingir, e o Bem passa a ser compreendido como algo que se inscreve no real podendo, pois, ser captado pela razão. A ele, o homem

deve se submeter e amar incondicionalmente, na busca da beatitude e da salvação em outra vida futura.

## 2. A QUERELA SOBRE NECESSIDADE E LIBERDADE: A RAZÃO CATIVA

A partir dessa breve contextualização, torna-se possível compreender como a querela entre *a necessidade e a liberdade*, desde a Antiguidade, passando pelo século XVII, comparece em tempos modernos, na estratégia de erigir a moral como força coercitiva, tendo como papel maior a normatização da conduta. Como afirma Sartre (2001, p. 535): “O objetivo da moral foi, por longo tempo, o de prover o homem com o meio de ser”.

Seguindo uma trilha oposta à de Locke, adepto do cartesianismo, Hume, nos *Diálogos da Religião Natural*, questiona a representação teísta da divindade e, assim, subverte a pressuposição teológica de um domínio sobrenatural no universo natural, ou seja, subverte o princípio teológico da primazia da noção de necessidade, tanto na esfera dos fenômenos como no campo da conduta humana. Hume confere destaque, em seus escritos, à ideia de descontínuo, casual e imprevisível no que se refere aos

fenômenos e às ações humanas. Basta retomarmos a sua célebre crítica à noção de causalidade e a sua teoria da crença, para compreender que, em pleno século XVIII, o filósofo escocês faz a diferença do Século das Luzes, quando limita a razão experimental e questiona a objetividade de questões de fato. No texto dos *Diálogos sobre a Religião Natural*, é enfático:

Se alguém fizesse abstração de tudo o que sabe ou viu, seria em absoluto incapaz de decidir, simplesmente a partir de suas próprias idéias, qual o cenário que o universo deveria exibir, ou de dar preferência a uma situação ou estado de coisas entre outros[...]. Todas as fantasias de sua imaginação estariam em pé de igualdade e ele não seria capaz de oferecer qualquer razão imparcial para aderir a uma idéia ou sistema e rejeitar outros que são igualmente possíveis. (HUME, 1993, p. 47).

Como bem adverte Cassirer (1966, p. 56), na *Filosofia do Iluminismo*, no século XVIII, “[...] o ceticismo de Hume[...] efetivamente se reveste de uma forma fundamentalmente diferente da problemática” do século XVII.

Apresentar a causalidade como uma relação extrínseca aos

próprios termos que resulta da força das impressões descontínuas, destituídas de qualquer domínio da vontade ou razão, significa a denúncia do não fundamento cognitivo da relação causal. O alvo da crítica é a noção cartesiana de causa e da autonomia da razão que é questionada nos juízos causais, uma vez que se baseiam na crença e no hábito, que são descritos como impressões fortes e vivazes de sentir, perceber acontecimentos. Como afirma no *Tratado da Natureza Humana*: “Se a crença, portanto, fosse um simples pensamento, independente de uma maneira de concepção ou adição de uma força e vivacidade, ela necessariamente destruiria a si mesma” (HUME, 1975, p. 184).

Tanto o que vem a ser percebido como *dado factual* quanto o sujeito que o percebe são colocados em xeque na questão da conexão causal. Daí resulta não haver razão para se falar em deliberação ou autonomia da razão. O que se nota, na crítica humiana da causalidade, é uma *razão cativa*, jamais autônoma e soberana. A morte da filosofia do sujeito já é prenunciada em Hume antes dos chamados “mestres da suspeita”: Marx, Nietzsche e Freud.

A “crise da razão” diagnosticada na filosofia contemporânea se apresenta em Sartre, por exemplo, na ênfase que ele confere ao *valorar* na esfera da

ação, que implica tomada de *decisão* ante os acontecimentos que serão dotados de sentidos e *significações*.

O que mais nos chama atenção em Sartre é seu combate ao conformismo, seu repúdio à dita neutralidade, na sua abordagem sobre a liberdade e aversão ao essencialismo na moral. Nessa perspectiva, servindo-nos de quem o conheceu, Gerard Lebrun (1986, p. 126) observa que Sartre “traumatizava os ‘humanistas’ e chocava os conformistas”.

Não se trata de idolatrar o *homo rationalis* em relação aos demais seres, mas, sim de ressaltar que no decidir, no fazer escolhas, é a presença do humano que se revela: a criação de sentidos, então, denota na valoração a *implicação* da razão.

### 3. A CONDENAÇÃO À LIBERDADE: EXISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Após sua monumental obra *O Ser e o Nada*, publicada em 1943, mas iniciada em 1939, Sartre se incumbe da tarefa de elucidar os pontos cardeais da filosofia existencial ateia no pequeno texto conferência intitulado *O Existencialismo é um Humanismo*, de 1946. Ao se deter na apresentação da sua compreensão de homem, o filósofo é sucinto, sem deixar de ser claro e contundente, ao afirmar que

“o homem é livre, o homem é liberdade” (SARTRE, 1987, p. 9). Logo em seguida, adverte: se Deus não existe, “o homem está condenado a ser livre”. E esclarece: “Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado ao mundo, é responsável por tudo o que faz”. (SARTRE, 1987, p. 9). Em resumo, pode-se elucidar o sentido do termo *condenação*: o homem não pode deixar de ser livre, “ele tem um futuro a construir, um futuro virgem que o espera” (SARTRE, 1987, p. 9). Por isso, “O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo” (SARTRE, 1987, p. 6.)

Do dito acima, seria um grande equívoco rotular o nosso filósofo de apologista do livre-arbítrio ou, ainda, reduzir o humanismo da sua filosofia existencial como a exaltação da dignidade do homem via a liberdade da razão. Segundo ele, “[...] a meta da moral já não será elevar o homem a uma dignidade ontológica superior” (SARTRE, 2001, p. 535). O próprio filósofo não dá brechas a interpretações sobrenaturais da razão humana quando apresenta a liberdade associada à situação: “não há liberdade a não ser em *situação*, e não há situação a não ser pela liberdade” (SARTRE, 2001, p. 602).

Compreende-se, então, que a liberdade é relacionada a uma situação concreta e essa à potencialidade da liberdade em ato. Isso explica a razão pela qual, em Sartre, a liberdade é condição, envolve *contingência*. Não há como falar de liberdade sem falar em situação e vice-versa.

Sartre também afirma que a sua filosofia tem como maior mérito apresentar uma *possibilidade* de escolha para o homem. Se a *liberdade* anda lado a lado coma *situação*, pode-se dizer que, no mundo humano, o existir comporta *possibilidades*. Nem o passado nem o presente me determinam, uma vez que o meu existir me lança para um futuro ainda porvir. Como destaca Franklin Leopoldo e Silva (2004, p. 145): “minha escolha atual não garante minha conduta futura”. Em um mundo onde só há homens, as escolhas se situam no reino do possível. Como afirma Yasbek (2005, p. 142):

Não há futuro previsível e nem ao menos algumas cartas marcadas de antemão. Há, isso sim, o *movimento* através do qual o SER do homem faz-se isso ou aquilo - escolhas que, por seu turno, são feitas a partir de certas situações, jamais encerradas em algum tipo de determinismo.

Sem Deus, o *bem e o mal* não podem mais ser compreendidos

como *entidades objetivas* inscritas no real. Assim, é o homem que, ao afirmar um *valor*, confere *sentido* a tudo que está a sua volta. Se não se encontra em nenhum lugar a predefinição do bem em si, algo se tornará benéfico à medida que se apresentar, de modo peculiar para cada homem, como útil ou agradável. Assim, uma ação é passível de se apresentar como boa ou como má. Ambas as *significações* são *possíveis*, uma vez que só dependem do *sentido* que se atribui a elas. Disso se compreende que *valores*, num *horizonte de possibilidades*, nem sequer existem como universais, mas se pretendem enquanto tal: “[...] a universalidade provém tanto da afirmação de um único valor quanto da negação de todos os outros. Eis porque o caráter categórico de minha escolha que deriva, no entanto, muito mais da instituição do que da aceitação de um critério” (SILVA, 2004, p. 145). Criar um valor, fazer uma escolha implica também apresentar aceitação e recusa.

O imperativo categórico tira sua força moral da sua contingência [...]. Ele torna-se absolutamente impositivo ao ser radicalmente escolhido. Sua necessidade provém da sua gratuidade. Mas é a força dessa contingência necessária que me leva a julgá-lo impositivo a todos e que faz dele, para mim, algo que deveria ser

imediatamente válido para todos. (SILVA, 2004, p. 147).

Ao se deparar com a *pluralidade dos possíveis* modos de existência e conduta é que a *responsabilidade* da eleição torna-se um peso que vem acompanhado de *angústia* e *ansiedade*. Comenta Silva (2004, p. 151): “Estou abandonado no mundo; não no sentido de uma ‘tábua que flutua sobre a água’, isto é, passivo e inerte, mas como inevitavelmente comprometido.”

Sartre apresenta um exemplo que esclarece a questão do compromisso, implicação, responsabilidade e solidão no decidir. Quando um chefe militar assume a responsabilidade de uma ofensiva, *sem a garantia de seus resultados*, ele *escolhe sozinho*, sem ter em que se apoiar, quanto à ida de homens ao combate. É a partir da tomada de decisão que advém a angústia; ora, essa se explica pela sua responsabilidade direta com a vida dos homens que com ele estão engajados no combate e podem perder *ou não* as suas vidas. O peso advém da *gama dos possíveis resultados* que, de antemão, são imprevisíveis. Uma vez, porém, que ele decide, exclui outras possíveis ações.

Uma situação não é escolhida por nós, o que só a nós cabe é não deixar de eleger uma ação em face dela:

[...] devemos concluir que é fugindo de uma situação rumo à nossa possibilidade de modificá-la que organizamos esta situação em complexos de motivos e móbeis. A nadificação pela qual tomamos distância com relação à situação se identifica ao ek-stase pelo qual nos projetamos rumo a uma modificação desta situação. (SARTRE, 2001, p. 541).

Poder ensaiar uma mudança possível da situação, em ato, é o que exprime a liberdade. É justamente no *movimento* de mudança, de nadificação que “[...] o *Para-si* escapa de seu ser como de sua essência” (SARTRE, 2001, p. 543). Enfim, o *para-si* está condenado a existir para além de si, de uma essência, e ultrapassando móbeis e motivos do ato, ele está “condenado a ser livre” (SARTRE, 2001, p. 543). Não se trata de um passado e um presente que determinam o que sou, mas, reintegrando passado e presente, tenho à minha frente um porvir, um caminho sempre aberto a seguir.

Não há conduta sem decisão, e não há decisão que o próprio sujeito não tenha que tomar, por mais exterior que se queira pôr em relação a uma dada situação ou acontecimento. Como o acontecimento é sempre, para mim, inseparável do sentido que lhe atribuo, nunca estou

propriamente exterior a ele (SILVA, 2004, p. 152).

O *ser-em-si*, “o ser que é o que é não poderia ser livre” (SARTRE, 2001, p. 545). A liberdade, como explica Sartre (2001, p. 545), “[...] obriga a realidade humana a fazer-se em vez de ser”.

O êxito não é o que conta na liberdade. O exercício da liberdade só se realiza em um contexto determinado. Sou livre não porque posso obter o que bem quero, mas porque existo em um mundo resistente à liberdade, no qual me situo e posso fazer frente a ele. Trata-se de caminhar, apesar das pedras que venham a aparecer no percurso. Eximir-se de percorrer uma rota possível entre tantas outras é o que não nos é permitido como possível. Aí reside a recusa do imobilismo em nome de uma prática engajada. Não há lugar para um pessimismo, um convite à inação, ou o *l'aisez faire*.

Os fatos, em si, não interditam a liberdade, uma vez que o coeficiente da adversidade se apresenta, seja como favorável, resistente ou mesmo indiferente, a partir do *fim* que se *projeta* e do sentido que *se atribui* livremente às coisas que nos cercam. Eis aí o referencial humano no intuito de conferir *valor, sentido*, às ocorrências no mundo por parte do *para-si*. Ao sair de bicicleta para encontrar um

amigo que está para embarcar de trem e, de repente, começa a chover, diante da estrada enlameada, concluo que não chegarei a tempo e retorno para casa. O que me levou a desistir foi a chuva? Não. Só a partir do *projeto* de encontrar “Pedro antes do seu embarque” foi que a chuva limitou o ato de não mais ir ao seu encontro. Se estivesse a fazer um passeio de bicicleta e começasse a chover, poderia sair da bicicleta e começar a caminhar sem pressa. Enquanto a chuva aparece, em uma situação, como um forte obstáculo, já em outra se apresenta indiferente. Em cada situação, apresenta-se um projeto distinto.

Decido escalar um rochedo e, fracasso. O conceber o rochedo como algo escalável, ou seja, um projeto, ou seja, a projeção de um fim: escalá-lo. Logo, o rochedo se apresenta como um obstáculo ou não a partir do projeto estabelecido. Em outras palavras, o rochedo se apresenta como favorável ou não, a partir do que projeto. Estabeleço um sentido ao rochedo: ser escalado. Nota-se que o grau de resistência do rochedo só se apresenta ao ser integrado ao meu projeto de escalá-lo. Se pretendo subir às alturas a fim de contemplar uma bela vista, o mesmo rochedo se apresenta como favorável, mas se apresentará como um transtorno se tenho como projeto construir, através dele, uma ferrovia.

O coeficiente de adversidade do rochedo se altera a partir de distintos *projetos* e *sentidos* que a ele são atribuídos. No mundo do existente, é possível encontrar resistências e obstáculos que ele não criou. No entanto, as “resistências” e os “obstáculos” são dotados de fins e sentidos livremente criados pelo existente.

#### **4. LIBERDADE E PROJETO: RISCO DE EXISTIR**

A fim de elucidar a relação entre liberdade e projeto existencial, como centrais na crítica ao determinismo, Sartre exemplifica uma situação limite, uma escolha e a possibilidade, a partir de relato de um amigo, um jesuíta conhecido nos tempos de sua prisão. Trata-se de um jovem que estudou em colégio religioso com o auxílio de uma bolsa, após a morte de seu pai. Sempre lembravam ser um aluno bolsista e, nesse colégio, perdera muitas distinções honoríficas. Aos dezoito anos, o jovem fracassou em uma aventura amorosa e, aos vinte e dois, não obteve sucesso em sua preparação militar. Esta foi a gota d’água que fez transbordar o jarro: o rapaz ingressou na ordem religiosa alegando serem as suas experiências “sinais” de que não nascera para os triunfos do mundo

e que só os triunfos da fé, santidade, estariam a seu alcance.

Analisando o caso descrito, Sartre indaga: “Seria possível deduzir outra coisa dessa série de insucessos?” E pondera: “por exemplo, seria melhor se ele fosse carpinteiro ou revolucionário?” E conclui: é ele (o colega jesuíta) quem “carrega a total responsabilidade da decifração do sinal” (SARTRE, 1987, p. 12). A afirmação implica que “cada uma das escolhas deve ser escolhida livremente a partir de uma gama infinita de escolhas possíveis”, avalia Yasbek (2005, p. 142). Em outra passagem, Sartre (1987, p. 12) esclarece: “Só podemos contar com o que depende de nossa ‘vontade’ ou com o conjunto de probabilidades que tornam a nossa ação possível”. Não parece nada desrazoável afirmar que a liberdade não se dissocia do possível, da condição, situação, contingência. Eis o fim do determinismo teológico e da doutrina do livre-arbítrio em um só golpe

Falar de liberdade é falar de situação, *condição*, *possibilidades* que não estão sob o nosso controle, mas passíveis de escolha, significação. O que é digno de nota na crítica sartriana do determinismo, a nosso ver, é a centralidade da noção de *possibilidade* no valorar, decidir, que nos leva a pensar *que liberdade e existência* implicam *risco*, que se

corre no se aventurar na experiência do viver humano. Silva (2004, p. 153) adverte: “No domínio da existência, só haveria o acidental se houvesse o necessário, mas o domínio da existência é contingente enquanto tal; toda contingência é humana, portanto minha, internamente relacionada comigo”. Ora, talvez seja possível afirmar que abstrair o ateísmo na abordagem sartriana da liberdade significa não compreender a sua repulsa pelo determinismo teológico e pela doutrina do livre-arbítrio.

Foi o próprio Sartre quem advertiu no texto *O Existencialismo é um Humanismo* (1987, p. 9): “[...] é extremamente incômodo que Deus não exista, pois junto com ele desaparece toda e qualquer possibilidade de encontrar valores num céu inteligível”. O existencialismo ateu de Sartre não se ocupa da prova ou não da inexistência de Deus, como acontece nas *Meditações* de Descartes. É o que o existencialista francês explicita:

O existencialismo não é tanto um ateísmo no sentido em que se esforçaria em demonstrar que Deus não existe. Ele declara, mais exatamente: mesmo que Deus existisse, nada mudaria. [...]. Não que acreditemos que Deus exista, mas pensamos que o problema não é o de sua

existência; é preciso o homem se reencontre e se convença de que nada pode salvá-lo dele próprio, nem mesmo uma prova válida da existência de Deus. Neste sentido, o existencialismo é um otimismo, uma doutrina de ação (SARTRE, 1987, p. 2).

Compreende-se, então, que é justamente na ausência do princípio da existência do grande arquiteto que Sartre dilui a tábua de valores transcendentais e que se quer absoluta. Do dito, implica que cabe ao homem exercer o papel de *legislador* de normas sociais, regras, criadas, mas com validade para todos, como exemplo de uma ação ética possível. Como ilustra Sartre, se sou operário e me inscrevo num partido católico, e não num partido comunista, estou a erigir a resignação como solução mais adequada ao homem (SARTRE, 1987, p. 7). Criar uma *imagem de homem* significa apresentar uma ação como *moralmente possível*. Daí advém o fato de que, pode-se ver que a isenção é impossível no mundo dos homens. Há que se posicionar com positividade ante os valores criados, assumi-los enquanto valorar singular, decisão de adoção e ao mesmo tempo de recusa. Não há possibilidade de isenção ante o valorar particular e o desejar torná-lo universal: “Nesse sentido, podemos dizer que há uma universalidade do homem, porém, ela não é dada, ela é

permanentemente construída” (SARTRE, 1987, p. 16).

A estrutura da máxima da liberdade torna-se um imperativo: ou me resigno e, assim, desejo resignar-me por todos os homens, ou me rebelo contra o poder institucionalizado e elejo a resistência como legítima moralmente para todos os homens. Sartre não agrada a muitos que, no fundo, apregoam que “não se deve lutar contra a força” (SARTRE, 1987, p. 4). Ao considerar que o existir implica *estar-no-mundo* concreto e nele *posicionar-se*, ou seja, ocupar um lugar, pode-se afirmar que, a partir do modo como nos deparamos com fatos naturais, sociais, políticos é que se apresenta a *possibilidade* do exercício da liberdade.

A liberdade se liga à *facticidade*. Ao nascermos, já fazemos parte de uma nação, uma época histórica, uma família, um regime político, etc., que não são escolhidos por nós e se apresentam como uma *facticidade*, uma vez que nos é imposta e não podemos evitar. O mundo real apresenta obstáculos que exigem de nós uma *ação de resistência*. Mas até que ponto a ação se torna possível? Os fatos naturais ou sociais e políticos coíbem a liberdade? Levando em conta que a liberdade não se reduz ao *poder de querer*, mas de *fazer*, de *eleger* entre *possíveis*, percebe-se que a obtenção ou não de um fim

almejado não é relevante. Eis que desponta uma resposta plausível: não deixe de agir, crie, invente, resista, busque a superação do fato, *datum*, ressignifique-o, enfim, “faça o melhor que puder”. A máxima do agir sem esperanças significa cortar pela raiz o ideal em nome do real. Logo, nada há de pessimismo, mas o que se apresenta é uma forma de lucidez plausível.

Existir no criar-se sem cessar, como na arte, é modelar uma forma possível de existência compreendida como um *ir sendo* sem jamais sê-lo, o que nos leva a pensar em *movimento* incessante de vir-a-ser, avesso ao ser. Em-si, compreendido como completude. Isso posto, percebe-se que o existencialismo ateu nada tem a ver com o quietismo ou conformismo, ou mesmo a desesperança. Aliás, inventar um determinismo como justificativa para desculpas é a expressão maior da *má-fé*, estratégia humana de fugir de sua responsabilidade de existir, fazer-se, escolher, assumir suas valorações e até desumanidades. Sartre não deixa de reiterar, em seus textos, que o sentido e a possibilidade da vida surgem com o homem. É por ele que a criação e a invenção se efetivam no mundo concreto, seja na arte, seja na moral, pois, segundo o pensador, a convergência entre ambas as esferas

consiste na *potência criativa* em *exercício*.

A liberdade situada e em condição específica é o fundamento maior da existência humana. Em que tal liberdade se baseia? Na indeterminação do *estar-no-mundo*. Eis o lado assustador da ética de Sartre, dirão os adeptos da ontologia teológica, mas é provável que outros, avessos ao determinismo, dirão: eis o lado promissor do existencialismo ateu, eis o lado do humano no existencialismo de Sartre: agir ao invés de acomodar-se. Como bem explica Silva (2004, p. 145):

A liberdade não me define [...] ela me expõe às diferentes definições possíveis que posso assumir para mim mesmo, pois em cada ato e em cada escolha, defino-me sem poder fazê-lo definitivamente, pois não há ninguém, nem mesmo eu, para corroborar minhas escolhas.

Eis, em linhas gerais, a proposta sartriana: uma *moral da ação* e do *engajamento* (SARTRE, 1987, p. 15), que não se confunde com a apologia da liberdade da razão como expressão da dignidade do homem. Ora, de fato, não se deve esquecer a advertência de Lebrun sobre o existencialismo sartriano: “não tinha nada a ver com o niilismo. [...] dava à prática

um sentido purificado” (LEBRUN, 1983, p. 127).

Em tempos temerosos, a ética, a ação, a *inquietação* de tentar fugir do *indesejável*, a liberdade possível de uma vida humana demasiadamente humana e o compromisso não parecem soar como uma *filosofia da contemplação*, muito menos uma utopia no sentido trivial que se confere ao termo como ideal irrealizável, em que a face da submissão ao poder instituído transfigura um existir razoavelmente autêntico e ainda lúcido, que aposta na possibilidade de alterar mesmo o que se pretende como natural, imutável. Ao falar sobre a *dureza do otimismo* no seu existencialismo ateu, Sartre explica que a sua marca maior consiste na recusa a um determinismo orgânico, ou psicológico, que advém da aversão que nutre em relação ao naturalismo. Sartre descreve, em seus textos, a atitude de um covarde e explica que este é responsável por sua covardia. Então, não se nasce covarde nem herói. No caso da covardia, trata-se de uma *construção* mediante *atos*. Ao renunciar ou ceder se cria a covardia. Aqui nos situamos na crítica radical de Sartre ao naturalismo, que deseja afirmar que nascemos covardes ou heróis e assim postular a impossibilidade de mudança ante o que é “natural”. Já o existencialista afirma: “[...] existe sempre, para o covarde, uma

possibilidade de não mais ser covarde, e, para o herói, de deixar de o ser” (SARTRE, 1987, p. 14). Aqui, mais uma vez, o fatalismo é o inimigo, a dita natureza humana um *non sense*. De modo similar, em Simone de Beauvoir, no *Segundo Sexo*, a negação do natural comparece na máxima: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 9) A recusa do naturalismo é central na *psicanálise existencial* proposta por Sartre, bem como na sua biografia de Flaubert, *L’idiot de La famille*. Eis aí um estudo a se aprofundar.

## CONCLUSÃO

Recordando os pontos centrais da nossa abordagem, em um primeiro momento se mostrou que a querela da liberdade/necessidade compareceu no debate filosófico desde a Antiguidade, passando pelo pensar medieval até a idade moderna. Tal controvérsia acabou por estabelecer no mundo natural e humano um ordenamento regido por leis fixas e inflexíveis de ordem sobrenatural que, inclusive, também resultou no determinismo. E, por outro lado, os adeptos da doutrina do livre arbítrio objetivaram erigir a moral como força coercitiva e instrumento de padronização da conduta. Assim, como bem observara Ernest Cassirer, é Hume quem apresenta

uma perspectiva diferente do cenário presente na filosofia experimental do século das Luzes, uma vez que o filósofo escocês, em sua análise da relação causal, desconstrói o princípio de uma conexão necessária, dirigindo, dessa forma, uma crítica radical ao determinismo e também aos adeptos do livre arbítrio. Ora, por meio dessa crítica, Hume identificou nos raciocínios causais a presença da esfera passional e da crença; com isso, ele mostrou a parcialidade da razão, a não concordância entre associações e correlato factual, a ausência de elemento cognitivo nas relações causais que finda por colocar, em xeque, a razão experimental do seu tempo. Em resumo: é a noção substancial de um eu interiorizado e imutável e a objetividade das questões de fato bem como a implicação da percepção com elementos passionais que se desconstrói radicalmente.

Em seguida, buscamos chamar atenção para a crise da razão, na idade contemporânea, a partir do pensamento de Sartre. A empresa crítica do seu existencialismo se apresenta na compreensão do homem como um existir-no-mundo, não transcendente, no sentido de sobrenatural. Em termos sartrianos, cabe ao *Para-si* se fazer, enfrentar obstáculos, isto é, conferir sentido

às coisas que o cercam. Trata-se, ainda, a partir do valorar singular criar a universalidade ao adotar em seu nome e de todos os outros homens uma ação moralmente possível sem deixar de ser categórica. O autor de *O Ser e o Nada* também em sua célebre conferência, *O Existencialismo é um Humanismo*, advogou a tese de que o existencialismo ateu se afasta em muito de uma filosofia pessimista ou da desesperança, uma vez que segundo o filósofo, essa forma de pensar abre possibilidade de escolha e vida para o homem. Afirmar que o homem é livre ou que sua liberdade é *situada* não significa aderir ao determinismo e, muito menos, ao voluntarismo presente na doutrina do livre arbítrio, mas sim afirmar, com positividade, a responsabilidade do homem ao comprometer-se consigo e com os outros em uma *práxis engajada*. O *Para-si* sempre se revela como uma força que o leva para além de si mesmo impedindo-o de se isolar do mundo que o rodeia. É que ele encontra-se só e abandonado na exigência de fazer escolhas. Ele é inteiramente livre para tanto adotar como recusar valores que não se referem mais a um desígnio divino.

É desse modo, reconhece Sartre, que a liberdade traz consigo a angústia, mas não o desespero, ante uma gama infundável de

possibilidades que ao homem se apresentam no processo do fazer-se. Compreende-se então, que, segundo Sartre, o homem não é um juguete ante à facticidade, ou seja, a sua cultura, o seu lugar social, familiar, o regime político que a ele se antecedem e que não resultam, portanto, de sua escolha. No entanto, é no-mundo que o *Para si* irá se posicionar, isto é, no seu valorar criar-se, estabelecer seus fins, não mais previamente estabelecidos. Em função disso, de modo similar a uma obra de arte, o homem se faz, se cria, se reinventa, e não se cristaliza em seu passado ou presente. O homem confere a estes novos valores e sentidos ao se lançar no porvir, quer dizer, na possibilidade de escolha e de vida a ele sempre disponível.

Enfim, o que importa ao existencialista é colocar em questão o naturalismo psicológico, psicofísico que fundam uma prévia determinação no modo de ser e agir do homem. É justamente nessa crítica que Sartre sinaliza a falácia do necessário, natural, no que se refere ao modo singular de ser do *Para-si* que se caracteriza ao modo de não *sê-lo*, no sentido de um *Em-si*, uma totalidade. Existir ao modo de *ir sendo* talvez seja uma adequada chave de leitura que possibilita a compreensão do caráter não contemplativo, e por isso mesmo, otimista do existencialismo ateu de Sartre.

Simone de Beauvoir não hesitou em mostrar como o existencialismo se distancia em muito da *sabedoria das nações*, mas ainda é oportuno averiguar o lugar da contingência em Sartre, como na sua psicanálise existencial, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. *O existencialismo e a sabedoria das nações*. Porto-Lisboa: Minotauro.1965.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio do Janeiro: Nova Fronteira. 2009. 2v.
- HUME, D. "Dialogues concerning natural religion". In: \_\_\_\_\_. *Dialogues and natural history of religion*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- HUME, D. *A treatise of human nature*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- LEBRUN, G. "Sartre em seu tempo". In: \_\_\_\_\_. *Passeios ao léu*. São Paulo: Brasiliense,1983. p.125-131.
- SARTRE, J-P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SARTRE, J-P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SARTRE, J-P. *O idiota da família* (vol. I). Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM, 2013
- SARTRE, J-P. *O idiota da família* (vol. II). Tradução de Ivone C. Benedetti. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- SILVA, F. L. *Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios*. São Paulo: Edunesp, 2004.
- SILVA, F. L. "Sartre". In: PECORARO, R. (Org.). *Os filósofos clássicos da filosofia*. 2.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro:

PUC-Rio, 2009. v.3: De Ortega y Gasset a Vattimo, p.103-125.

YAZBEK, A. C. "A ressonância ética da negação em Sartre: considerações sobre liberdade, angústia e valores em *L'être et le néant*". In: *Cadernos de Ética e Filosofia*

*Política*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 141-164, 2005.

Submetido: 27 de julho 2017

Aceito: 06 de agosto 2017